

**ÉTICA E JORNALISMO:
na era da Pós-verdade**

ETHICS AND JOURNALISM: in the
Post-Truth Age

ÉTICA Y PERIODISMO: en
la era de la postverdad

**Miquel Rodrigo Alsina¹
Laerte José Cerqueira da Silva^{2, 3}**

RESUMO

Jornalismo e ética precisam andar juntos. Este artigo é sobre essa relação que vive em constante duelo e aproximação. Com uma defesa clara de que separá-los, sob qualquer justificativa, é tornar essa prática legitimada pela sociedade mera produtora de conteúdo difuso. Em alguns casos, irresponsável e nocivo. Assim como pode fazer qualquer cidadão com acesso às novas tecnologias de comunicação e informação. Mais do que nunca se a pós-verdade ganha espaço, voltemos a discutir sobre a construção social da realidade sobre a proteção dos compromissos éticos com a informação.

¹Doutor. Professor Titular de Teoria da Comunicação na Universidade Pompeu Fabra (Barcelona). Foi investigador no Centro de Investigação de Línguas e Estudos Semióticos (Universidade de Indiana), no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (Universidade de Saint Louis) e no Centro de Estudos sobre o Ativo e o Quotidiano (Universidade René Descartes - Paris V) E-mail: miquel.rodrigo@upf.edu. ORCID ID: 0000-0002-9056-8040

²Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Letras pela UFPB - Universidade Federal da Paraíba; especialista em Jornalismo Cultural pela FIP - Faculdades Integradas de Patos-PB; Graduado em Comunicação Social pela UFPB- habilitação Jornalismo. Pesquisador do Núcleo de Jornalismo e Contemporaneidade da UFPE. E-mail: professor.laertecerqueira@gmail.com. ORCID ID: 0000-0002-5243-640X

³Endereço de contato com os autores (por correio): Universidade Pompeu Fabra. Roc Boronat, 138, 08018 Barcelona, Espanha.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 3, maio. 2018

DOI: <https://doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n3p726>

PALAVRAS-CHAVE: Ética; Jornalismo; Pós-Verdade; Interesse Público.

ABSTRACT

Journalism and ethics need to go together. This article is about this relationship that lives in constant duel and approach. With a clear defense that separating them, under any justification, is to make this practice legitimized by society, merely a producer of diffuse content. In some cases, irresponsible and harmful. Just as any citizen with access to new communication and information technologies does. More than ever, if the post-truth gains space, let us return to discussing the social construction of reality on the protection of ethical commitments to information.

KEYWORDS: Ethic; Journalism; Post-Truth; Public interest.

RESUMEN

El periodismo y la ética tienen que caminar juntos. Este artículo es sobre esa relación que vive en constante duelo y acercamiento. Con una defensa clara de que separarlos, bajo cualquier justificación, es hacer que esta práctica, legitimada por la sociedad, sea mera productora de contenido difuso. En algunos casos, irresponsable y nocivo. Así como hacen cualquier ciudadano con acceso a las nuevas tecnologías de comunicación e información. Más que nunca si la post-verdad gana espacio, volvamos a discutir sobre la construcción social de la realidad sobre la protección de los compromisos éticos con la información.

PALABRAS CLAVE: Ética; Periodismo; Post-verdad; Interés público.

Recebido em: 12.01.2018. Aceito em: 16.03.2018. Publicado em: 29.04.2018.

Introdução

A propósito: é possível pensar o jornalismo sem ética? A expressão “jornalismo antiético” é uma maneira de dizer que se contou uma história, registrou-se um fato, criou-se um acontecimento com linguagem (técnica) jornalística, e se divulgou, sem “respeitar” o público, a audiência, incluídos os que têm relação direta com o relato. O resultado, em tese, é ruim para o cidadão e a sociedade. Há quem prefira dizer que não se levou em conta os princípios normatizados em códigos profissionais que regem a atividade, produzidos e propagados para estabelecer limites e manter o jornalismo e seus profissionais numa direção do “bem social”, e com o fortalecimento das liberdades democráticas. Mas ao abandonar a ética, o resultado da atividade jornalística não fica comprometido? O jornalismo não deixa de cumprir sua função informativa? É uma pouco da nossa reflexão.

Sem ética, o jornalismo é uma mera técnica narrativa, oca, sem a presença de seu motivo de existir: ser a construção de uma realidade (BERGER & LUCKMANN, 1985) preocupada com a interpretação correta do mundo, próxima da “verdade” dos fatos e atenta aos efeitos nocivos que seu produto simbólico pode trazer à sociedade, como a reprodução de preconceitos, incentivo à intolerância, fortalecimento do inverídico ou ao ato “desumano”.

O ato antiético subentende-se falta do bom, algo mau, injusto e, se a essência do jornalismo é a justiça, o bem estar social, relata Guareschi (2000, p. 50-55), há de se ressaltar que antiética e jornalismo não podem caminhar juntos. Ao contrário, do ponto de vista de quem produz informação responsável para sociedade, ética e jornalismo, sim, são indissociáveis. São “sinônimos” de responsabilidade com o outro, com as relações sociais e com a organização do mundo. O jornalismo, por sua vez, tem uma relação de dependência total. A

ética é sua base de sustentação, o seu motor. Sem ela, perde sua imunidade social, perde o elo com seu público, firmado por meio de um contrato fiduciário (RODRIGO-ALSINA, 2009), por meio de uma relação de confiança (VIZEU, 2009), de onde nasce credibilidade.

Nossa proposta neste artigo é refletir sobre essa relação de dependência que jornalismo tem da ética. Relembrando que, por mais incômodo que possa parecer, tocar nesse ponto nevrálgico permite manter o jornalismo no caminho da responsabilidade com o outro, com o coletivo a partir do individual. Uma reflexão e análise de casos mais uma vez provocada pelas mudanças e cobranças de um “mundo de incertezas e confusão” (CORNU, 2015, p. 103). No qual, a popularização da rede e dos meios digitais têm disparado interrogações sobre o componente ético do jornalismo (CABALLERO, MASIP E MICÓ, 2007).

Em observação, relatos e coberturas que têm feito a credibilidade do atividade ser colocada em xeque no Brasil. Buscamos ainda tocar na tensão entre o ser compreensível, descomplexificando os fatos, e o rigor, o desejo de precisão, cada vez mais caro nessa seara de produção de conteúdo informativos. Além de refletimos sobre o desafio ético da produção jornalística na era da pós-verdade: onde fatos valem menos que afinidades movidas pelas afeições, onde o impacto, mais cliques e *likes* são a medida do êxito de uma notícia. E por fim, nossa preocupação com uma educação em comunicação na era da explosão da informação, pensando o papel da audiência e do profissional do jornalismo.

O jornalismo depende da ética

O jornalismo se sustenta no interesse e na confiança de seu público. Depende da lealdade e da crença das pessoas (BILBENY, 2012, p.16-17). E a

melhor maneira de encontrá-las, tê-las, é realizando trabalho responsável. Mas o que significa isso? Grosso modo, ofertando um produto compreensível, por meio do compartilhamento efetivo de signos e seus significados, no qual seja possível enxergar verdade no seu referencial, seja baseado em testemunho pessoal, em documentos ou no relato de fontes; com uma interpretação de dados e fatos mais próxima do fato e por meio uma preocupação extra com os efeitos dessa interpretação na vida das pessoas. Espera-se ainda que para obter o produto jornalístico, o percurso também tenha sido o mais correto, com métodos lícitos de apuração, sem que princípios éticos de obtenção da informação tenham sido atropelados por um sempre questionável interesse do público e não interesse público.

De maneira geral, ao ler, ouvir ou assistir um relato jornalístico, o consumidor de notícias acredita que, por trás da ação profissional, há uma preocupação com regras, normas que dão espaço e respaldo à liberdade de imprensa, mas que impõem limites à liberdade de expressão, visto que esta última tem uma barreira maior: o respeito à pessoa. A sociedade acredita que o produto jornalístico não é uma criação aleatória, ficção, que as vozes são reais, que o relato é um fragmento preciso e correto da realidade; e que o jornalista usa sua capacidade técnica para reconstruir uma história da maneira mais fiel e responsável.

O faz primeiro no processo de apuração do fato, em seguida, na seleção daquilo que considera que é mais importante, na utilização dos recursos simbólicos para permitir o entendimento e, por fim na maneira de divulgar e fazer circular. Há uma relação de confiança (VIZEU, 2009), um contrato fiduciário (RODRIGO-ALSINA, 2009) regido por um comportamento responsável do jornalista, gerador de credibilidade e propulsor de audiência. É um pacto que

não deve se romper. Destaca Bilbeny: “si la prensa tiene un privilegio, el poder de decir y decidir lo que dice, es porque a cambio se espera que la prensa informe con rigor y libertad sobre lo que a sociedad interesa” (BILBENY, 2012, p.51)

E é a ética, em todas as suas dimensões, que rege este processo. É a responsabilidade ética que permite a união permanente entre a mídia e seu público e faz com que o jornalismo, como forma de conhecimento (PARK, 1966), um conhecimento singular (GENRO FILHO, 1987), cumpra sua função. Justamente porque a informação que oferece não deve (ou deveria) ser captada e adaptada somente para se enquadrar nos limites espaciais e temporais dos meios. Ou, ainda motivada somente por interesses de grupos políticos, econômicos, apesar de ser essa uma realidade dura, passível de debate e resistência. E a ética do jornalismo permite uma luta constante contra essas pressões que usam a credibilidade e o contrato fiduciário do jornalismo para favorecimento de grupos na da sociedade. Um luta entre os seus limites e sua realização, destaca Karam:

Os limites cotidianos, no jornalismo, vivem a tensão entre a possibilidade de realização da ética e as dificuldade teórico-operacionais para execução dos princípios, o que equivale dizer que o movimento moral é sempre presente. Mas é nesse momento que a abstração e a generalização precisam de uma ponte com as situações e circunstâncias concretas do trabalho específico do jornalista, que enfrenta dilemas, dúvidas e precisa escolher o caminho mais correto à luz da dimensão pública de sua atividade” (KARAM, 2014, p.52).

Ao destacar o papel social da ética, Guareschi (2000, p. 52-55) estabelece a relação dela com a justiça. Para ele, as duas são mediadoras das relações entre as pessoas. E a justiça é a virtude central da ética porque ela comanda os atos de todas as virtudes que regem atitudes dos homens entre si. Refere-se

aos princípios fundamentais de justiça, igualdade e solidariedade e está permanentemente em busca de uma sociedade mais justa e fraterna e dos estabelecimentos de normas que sejam mais e mais construtoras de seres humanos livres e solidários. “A ética busca a libertação pessoa e social das pessoas e das situações de injustiça ” (GUARESCHI, 2000, p. 55). O “outro e as relações humanas” dão sentido as falas sobre direito e ética, segundo Karam (2014, p.28), porque estão vinculadas ao compromisso coletivo, com as relações humanas que, produzidas socialmente, resultam no reconhecimento da autonomia e no compromisso com a autonomia de todos os demais.

Em um reflexão conceitual, Vásquez (2008) destaca que a ética é a ciência da moral. Ela é teórica e, segundo o autor, uma explicação, investigação de um tipo de experiência e forma de comportamento humano moral considerado, porém, em sua totalidade e diversidade. Sua missão é explicar a moral efetiva, esses comportamentos do homem e suas práticas de um determinado tempo e espaço. “O valor da ética como teoria está naquilo que explica e não de prescrever ou recomendar com vistas à ação em situações concretas” (VÁSQUEZ, 2008, p. 20-21). Não pode, segundo ele, ser reduzida ao conjunto de normas e prescrições apesar de sê-lo em uma dimensão teórica (VÁSQUEZ, 2008, p. 24). Para Cornu (1994, p.37) a moral cumpre uma tarefa de regulação publicizada pela própria sociedade e a ética cumpre uma função de legitimação quando interroga as próprias normas. Na mesma linha, Karam (2014) afirma que, enquanto a moral se envolve com o conjunto de normas refletida em comportamentos, na cultura e período, a ética, para autores como ele, é a reflexão sobre o mundo moral dos homens.

Nos casos das profissões, como a de jornalista, as questões éticas e morais se cristalizam nos códigos deontológicos. Nas palavras de Karam (2014,

p.34) a deontologia é “cristalização provisória do mundo moral, validado pela reflexão ética, em normas sociais concretas, em princípios formais e, em alguns casos, normas jurídicas”.

Cornu (1994, p. 42) lembra que no fim da Primeira Guerra Mundial ganhou corpo e se fortaleceu na Europa a consciência da necessidade de codificar melhor as condições de emprego e as regras do exercício da profissão de jornalista. A indústria da informação se consolidava e as empresas tentavam se proteger do Estado. Sindicatos, mais preocupados os direitos dos profissionais da área e de organizações nacionais e internacionais, preocupados com deveres, perceberam o papel central do jornalismo, e debruçaram-se na tarefa de estabelecer fronteiras. Adiante, em anos posteriores, com o crescimento de sua importância na esfera pública era a sociedade que precisava ser protegida da ação da imprensa. As normas passaram então a englobar os deveres dos profissionais e empresas para com seu público.

As críticas incidem sobre a subordinação dos meios de informação aos negócios, a influencia crescentes dos anunciantes sobre as políticas editoriais, a resistência dos jornais à mudança social, a exploração dos *fait divers* e do sensacionalismo, os atentados à moralidade pública e à vida privada (CORNU, 1994, p. 42).

No Brasil, destaca estudo Christofolletti (2007), é no início do século XX, quando começa a se organizar como categoria, que os jornalistas passam a se preocupar com iniciativas para preservação de valores. Códigos vigentes em outros países estavam em fase de discussão, sem ainda a elaboração concreta. “O primeiro código de ética brasileiro vai surgir em fevereiro de 1949, motivado pela Federação Nacional dos Jornalistas, FENAJ- Fundada em 1946 – e aprovado no terceiro Congresso Nacional da categoria em Salvador” (CHRISTOFOLETTI,

2007, p.220). Ao longo dos anos, o código foi modificado, outras normas em instituições que representam os profissionais surgiram e, segundo o autor, em 1987 sindicatos se ajustam para seguir as novas orientações do Código de Ética Brasileiro. O documento se afina com os textos de outras normas de organismos internacionais, como a UNESCO e a Federação Internacional dos Jornalistas.

A partir de uma análise dos conteúdos de códigos deontológicos e normas propostos à atuação de jornalistas, Cornu (1994, p.57) apontou quatro eixos que desenham a orientação da ética jornalística e que entendemos contemplar as questões sobre a relação entre ética e jornalismo. São: a missão da empresa, a liberdade de informação, a verdade como dever fundamental e o respeito a pessoa como limite.

Os conflitos diante das normas

Empresas de comunicação públicas e privadas, profissionais liberais ou jornalistas contratados trabalham sob a proteção das leis que na maioria dos países ocidentais entendem o direito à informação como algo fundamental. Em paralelo está a liberdade de expressão. Mas em conflito, muitas vezes, está a dignidade humana. Já dá para perceber, por exemplo, que não é tão simples quanto parece.

Cornu (1994, p. 82-83) aponta para uma direção que nos acostamos. A sensatez prevalece sobre a vontade. Para ele, entre a reivindicação de um direito à informação e a renúncia aos métodos que ofendem ao mesmo tempo a deontologia como regulação e o respeito pela pessoa como objeto ético, deve privilegiar claramente a segunda. Isso porque “a liberdade de imprensa e o dever de informação não autorizam tudo” (CORNU, 1994, p. 83). Por isso, não

é tão simples e é onde, em geral, moram alguns conflitos da ética jornalística. De fato, conflitos da práxis, dilemas presentes e que definem a produção de notícias no jornalismo profissional perpassam por esses eixos. Ultrapassar suas linhas, muitas vezes sensíveis, em nome da sociedade pode significar ferir a relação de confiança, o contrato com ela mesmo.

Com direito à informação garantido pelas constituições nacionais, tratados, declarações e resoluções internacionais (KARAM, 2014 p.21-22), o produto jornalístico traz consigo a marca do compromisso com o bem comum, com o entendimento de que o que acontece em países, cidades, bairros afeta ou vão afetar, em curto ou em longo prazo, a vida cotidiana.

A informação atual da informação jornalística e do direito social à informação precisa ser tratada na contemporaneidade, na dimensão que possui a conexão internacionalizada da economia, da cultura, da política, enfim, da sociedade humana em sua complexidade ontológica, epistemológica e tecnológica no século XXI. Falar em direito, em moral e em ética não é, portanto, somente nos rendermos às evidências dos limites da prática social e da prática jornalística. Implica, ao contrário, a potencialidade de intervir no futuro social da humanidade. (KARAM, 2014, p.31).

O autor lembra que esse direito (à informação) não pode estar apenas submetido aos interesses mercadológicos, políticos ou individuais, mas à pluralidade e diversidade de vozes, fontes, de propriedade dos meios. Também não podem sobreviver sem o compromisso profissional com o comportamento ético, sob todos os cenários, pressões e realidades. Talvez, a afirmação soe utópica. Mas esse é horizonte que o jornalismo profissional não pode abrir para não correr o risco de cair de vez na descrença. O duelo e a resistência serão eternos, por isso não há bom momento para “relaxar” no ensino, na prática nem na pesquisa. Vale ressaltar que quando falamos em direito a informação é a

informação verdadeira, como alerta Cornu (1994, p.75). Caso contrário é mentira e não poderá servir a nenhum projeto de justiça.

Como primeiro passo para evitar esse caminho, Aznar Gómez (2004, p. 2-10) defende que jornalistas precisam conhecer os valores e normas da atividade e ter sensibilidade acerca dos efeitos dos atos. Ao fazê-lo, a partir desse conhecimento, terão condições de fazer frente, individualmente ou em grupo, às exigências impostas pelas questões econômicas/empresarias, tecnológicas e terão o reconhecimento que merece para isso. Segundo ele, o profissional deve conhecer o conteúdo e o espírito de seus códigos, mas também exercer a capacidade de juízo para aplicá-los e, se necessário, adaptá-los as circunstâncias particulares de uma situação dada.

Los códigos no pueden evitar – ni es su función- la necesidad de que el profesional reflexione sobre las circunstancias de cada situación en la que se halle. Los que hacen los códigos es facilitar las pautas normativas que el profesional debe aplicar a estos casos y que le sirven de guía (AZNAR GOMÉZ, 2005, p. 4-5).

Ao falar sobre as fragilidades da deontologia jornalística, Cornu (1994, p.116) aponta vários problemas que acabam de alguma forma enfraquecendo os códigos como guias das práticas. E, por sua vez, fragilizando a atividade. De acordo com o autor, apesar das convergências, como a defesa da verdade e liberdade, a diversidade de normas é muito grande, adaptados aos regimes de informação de cada país. Ele lembra ainda que na maioria dos lugares não há órgãos de controle ou qualquer tipo de sanção atribuída ao profissional com bases nos códigos, que não tem valor jurídico. Tem “peso” apenas nos votos de censura pública cartas de repúdio. Ou seja, não é sob suas normas que está o controle.

Para Karam (2014), os códigos deontológicos são apenas referências que não se esgotam à constante criação de uma prática profissional, como os novos problemas e posturas que sugere. “É mais um eixo que norteia a ação profissional, tanto para cumprir, quanto para negar um princípio” (KARAM, 2014, p.60).

Por outro lado, o que seria a atividade sem as normas, mesmo sem poder de sanção? Não é um corrimão necessário? Os códigos têm papel fundamental para assegurar a melhor informação possível e de alguma forma cobrá-la do profissional. Ao impor o dever de seguir princípios, salva a liberdade de expressão, de alguma forma, protege o jornalista de pressões que se não são irreversíveis podem chegar com menos força às decisões que precisam ser tomadas cotidianamente. É uma linha, uma direção que, respeitada, evita desvio irreversíveis no trabalho profissional do jornalista, que tem como causa a verdade, a liberdade e o respeito pela pessoa humana, questões que preparam ao campo da ética e da justiça.

A afirmação nos leva a uma reflexão importante sobre a polêmica “busca da verdade” no jornalismo, presente unanimemente (CORNU, 1994, p.116) nos códigos e consagrado como princípio da ética jornalística. Códigos deontológicos falam em “respeitar” a verdade, “procurar” a verdade, “lutar” pela verdade. Mas que verdade? Uma verdade que é plural e relativa, aponta CORNU (1994). Formada por pontos de vistas e interpretações que se aproximam e se afastam, que em oposição ou sincronia podem formar a verdade das referências e testemunhos. É próprio da verdade se aproximar da realidade e se corresponder com os mais amplos aspectos de um fato. A verdade pode ser para alguns uma ideia irrealizável, para outros um guia, mas é em no seu possível que o jornalismo se configura. Porque é dever central do jornalismo.

Cornu (1994, p.100) lembra que jornalismo (informação), assim como a ciência, não pode pretender por si mesmo atingir uma verdade absoluta, o que corresponderia a uma visão dogmática e autoritária. Segundo ele, toda pretensão à verdade jornalística esta sujeita a crítica por causa de uma condição natural: todas as fontes de conhecimento do jornalismo: a tradição, a razão, a observação ou qualquer outra fonte, como testemunho, seriam referências, aceitáveis, concebíveis, mas nenhuma tem autoridade indiscutível. A falta dessa verdade está, então, na “desnaturalização” e “descontextualização” de fotos e imagens, citações e entrevistas truncadas, confusão produzida por comentário desrespeitoso. Segundo ele, “é certo que a verdade pertence à própria natureza da informação que, sem ela, seria mentira ou propaganda, que é seu primeiro critério. No entanto, nunca é absoluta na sua expressão jornalística” (CORNU, 1994, p. 116).

Ele registra que a atitude do jornalista é decisiva nessa busca, seja com a objetividade colocada como horizonte, com autêntica busca pela veracidade do relato, pois a verdade se impõe como instância normativa e crítica sob a precisão dos fatos, da justeza dos juízos feitos pelos profissionais no processo de interpretação e veracidade dos textos. Isso significa, resistência pessoal dos jornalistas às pressões e constrangimentos. “Pressão do meio social, pelo efeito da convivência, pressão do sistema midiático, pela imposição de uma ordem informativa constrangedora e pela aplicação de critérios comerciais, pressão da velocidade” (CORNU, 1994, p. 432). Sobre a verdade, numa era já chamada de pós-verdade, onde convicções e paixões são mais importantes que os fatos, Bilbeny nos alerta sobre a força deles:

La verdad de los hechos puede, em cambio, ser ignorada, o mezclada com la opinión; pero al final los hechos saldrán a la superficie. Son

insumergibles. Y esta resistencia a la verdad es lo que la hace detestable a quien desea que la realidad no se muestre tal como es (BILBENY, 2012, p. 78).

Na reflexão, Bilbeny aponta que a verdade jornalística sempre é mais ampla que o fato a que se refere porque é inevitavelmente fruto do imediatismo, para uma compreensão geral e com uma destacada margem de interpretação e tudo isso faz com que a tarefa da busca seja difícil, mas imprescindível. Destaca: “Como dice Hannah Arendt, la verdad independiente del observador no existe, pero esto no excusa la lucha por ella y clara separación entre lo que es la verdad y lo que es la falsedad” (BILBENY, 2012, p.82).

E é busca pela compreensão dessa verdade dos fatos que coloca a ética da comunicação jornalística diante de dilemas. Um deles é tensão entre o rigor jornalístico e a compreensão dos fatos e relatos. Os jornalistas têm se fazer compreensíveis para sua audiência, mas, por outro lado, para fazer com que história seja entendida pelo público não deve comprometer o rigor na explicação do acontecimento. O rigor extremo (só compreensível por especialistas), por sua vez, pode fazer perder compreensibilidade do texto. Mas a ausência de total de rigor, para que o texto seja compreensível para o leitor, pode tergiversar o acontecimento.

Porém, em algumas ocasiões, os próprios jornalistas podem renunciar voluntariamente a verdade. O que acontece quando o periodista tem que escolher entre dois valores contrapostos? O que sucede quando o jornalista o dilema é defender a verdade ou a sua pátria? Se o a defesa dos interesses da pátria se impõe, os critérios éticos ficam em suspenso. Como se diz: a primeira

vítima das guerras é a liberdade de expressão. As Guerras do Golfo são um bom exemplo disso. Isso causa crise na ética jornalística.

As crises éticas do jornalismo

A desconfiança de alguns setores da sociedade de que há algo errado na cobertura da mídia, seja por excesso ou silêncio, atos unilaterais, descompromisso com o horizonte-verdade, falta de transparência, leva o público colocar em xeque a ética do jornalismo, ou melhor, dos jornalistas e das empresas produtoras de conteúdo informativo. Os códigos estariam sendo descumpridos. Jornalistas, por sua vez, em muitos momentos, tendem a tentar fugir do debate, criar justificativas, apontar o dedo para os fins obtidos, como justificativa para os meios. Mas é sobre os meios, onde nasce atos, carentes de reflexão e mudanças de rumo, que devemos falar.

Karam (2014) registra que só um processo dialético de constituição de um movimento ético de profissionais, com reconhecimento da importância social do jornalismo, “pode criar as condições para a realização técnica, política, moral e ética da profissão” (KARAM, 2014, p.12). Para o autor, o direito social à informação inclui a diversidade de significação do mundo e dele fazem parte a palavra e a imagem, o jornalismo escrito e a imagem jornalística. Esse direito passa pela revelação diversa e contraditória do movimento e ações humanas. Isso não surge de algo arbitrário, mas de um conhecimento acumulado e fortalecido por opiniões divergentes e plurais.

O jornalismo constrói um mundo possível, a partir de um mundo real e por meio de um mundo de referência (RODRIGO-ALSINA, 2009). É uma representação da realidade, institucionalizada, na qual várias forças atuam cada uma com seus interesses na luta pelo sentido. Alguns são mais libertadores e

acreditam na pluralidade de fontes, meios e versões. Outros, voltados ao poder pessoal e com evidente desejo de manutenção de um *status quo*. O fazem sobre e sob o discurso de que tudo é produzido como missão, para que o direito do público de conhecer fatos seja garantido. Uma interpretação dos efeitos de um fato muito relativa. Por divergências rotineiras entre o discurso e o fato fica difícil crer que teremos plena pureza na atividade jornalística ou tranquilidade nas decisões sobre procedimentos éticos.

Ao contrário, o “conflito” em busca do domínio da informação emerge todos os dias. Em alguns períodos com frequência quase ininterrupta. Em jogo, o poder simbólico da informação. Segundo Karam (2014, p.30), a luta pela liberdade de acesso à informação e liberdade de expressão se defronta milenarmente com o problema do domínio. Afinal, a informação é requisito indispensável para que o sujeito que não deseja ser um axioma dependente, busque ser sujeito determinante. Por isso, ela é tão valorizada como expressão de poder, de controle de ideias e opiniões, como fonte de lucro, afirma Karam (2014, p.30)

Os problemas éticos na cobertura jornalística estão fixados em vários aspectos, entre eles, os de interesses empresariais e políticos, presentes nos grandes conglomerados de mídia privados ou em grupos públicos, com interferência político-partidária. Nessa perspectiva, busca-se os espaços para impor ideias, conceitos e histórias. Elas precisam gerar audiência, público, que num ciclo, aumentam a capacidade de influenciar e dilatam o espaço de poder. A preocupação ética nesse ambiente está sob forte pressão e fragilidade.

Garantir o direito à informação é preciso pensar passa por esse eixo, pela reestruturação dessa lógica (KARAM, 2014). O alerta é para a necessidade de democratização dos meios de comunicação, com mais pluralidade e diversidade

de fontes, de propriedade e regionalização. Horizonte distante, mas, felizmente, claro. O autor registra, ainda, a força de um outro eixo que se configura a partir da necessidade de uma mudança na noção atual de ética da profissional (KARAM, 2014, p.11-13) porque, para ele, ao lado do que chama de mesquinha e miséria cotidianas do jornalismo, está a sua sua grande capacidade de reconstruir o cotidiano de maneira plural. Com possibilidade de apropriação do movimento diário da humanidade” (KARAM, 2014, p. 41):

O jornalismo não é moralmente defensável. Ele é moralmente imprescindível. Ou seja, em sua potencialidade, o jornalismo é forma pela qual as pessoas vão se apropriando cotidianamente de seu movimento no interior da humanidade e, desta, em sua autoprodução diária [...] O problema, a rigor, não é do jornalismo como gênero e consecução. É mais da forma, do conceito de fato jornalístico, da pauta, da seleção e hierarquização dos fatos e das suas fontes, das distintas visões sociais e ideológicas e da concentração da propriedade dos meios, que impede a pluralidade capaz de refletir a complexidade e diversidade dos acontecimentos do dia a dia (KARAM, 2014, p. 43-44).

A informação implica ser mediada por uma ética, que deve ir além de se apegar apenas a uma norma de conduta, mas refletir uma própria teoria moral, com força para romper com a moralidade conservadora, a legalidade e com dominação vigentes. Assim pode construir bases em valores como liberdade e humanidade porque alguns princípios permitem isso, mas outros, levam ao desgaste da contradição entre conhecimento legal e impossibilidade da prática (KARAM, 2014 p.28).

A prática, a propósito, com surgimento e implementação de novas técnicas e tecnologias de informação e comunicação provocaram mudanças significativas na interface do jornalismo com o mundo, com vista a sua reconstrução. Mas o seu objeto é o mesmo, realidade em múltiplas

manifestações, agora redistribuída em multiplataformas. Doravante, questões conceituais mantêm-se ainda mais firmes, como interesse público, relevância social, rigor na apuração e cuidado na divulgação.

Na sociedade da informação e com a convergência tecnológica que abrange o jornalismo, redobra-se, ao meu ver, a importância do fazer jornalístico, resultado de uma teoria e de uma ética aplicadas ao exercício profissional, com seus valores métodos e técnicas [...] exige a disseminação de mensagens precisas, claras, contextualizadas por quaisquer suportes tecnológicos. E requerem movimento com as novas rotinas profissionais decorrentes do volume de informação, do ritmo social (KARAM, 2014, 157).

O próprio autor, no entanto, faz um alerta importante, não é possível trafegar no mundo, no cotidiano e na atividade jornalística de reconstrução diária simbólica da realidade sem que escolhamos, preliminarmente, valores. Estes podem ser expressos pela adesão espontânea à reprodução da educação, ao conhecimento acumulado a partir das particularidades pessoais, grupais e sociais ou pela experiência histórica (KARAM, 2014, p. 157).

A complexidade das questões relacionadas a ética jornalística é tão ampla que parece não caber em uma única legislação ou norma profissional. Leis, códigos deontológicos e estatutos (como o ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo) precisam dialogar para que na práxis se construa o tratamento que será dado “a essa ou a aquela” informação, esse ou aquele fato. As multiformas dos episódios cotidianos exigem olhar singular sobre questões como os limites da liberdade de expressão e de imprensa diante da dignidade humano. Ou ainda, quando em jogo está a busca por informações de interesse público, aparece na arena das argumentações a discussão sobre a licitude na obtenção de documentos, falas e imagens que nunca seriam conseguidos se jornalistas não cometessem infrações, de acordo com alguma legislação. Em

jogo, o direito a propriedade, direito a imagem, invasão de privacidade, falsidade ideológica. Lembra que é muito complexo lidar como regras para construção da informação, visto que, “a complexidade do movimentos dos conceitos e da reflexão ética não cabe na cristalização da norma. Os casos precisam ser examinados de acordo com as circunstâncias” (2014, p.148).

Nos casos, por exemplo, que o “fim”, com reconhecido interesse público, justifica os “meios”, manchado por infrações e atos fora da margem da moral social, jornalistas têm mais chance de ganhar a batalha. Os mecanismos considerados ilegais e questionáveis ganham uma espécie de “salvo-conduto” em nome do interesse da sociedade. Mas questões como essa não saem e não irão sair da agenda que pauta o debate ético da profissional. Estarão nos furos, nas grandes reportagens de repercussão social, política e/ou econômica. Serão motivos de questionamento nas universidades.

Na lista de questões que colocam a ética jornalística na corda bamba destacamos ainda: o respeito aos valores particulares de determinadas culturas, a cláusula de consciência, segredo das fontes, a intervenção de jornalistas no diálogo com criminosos, a transmissão ao vivo de crimes como sequestros e perseguições. Mas, arriscamos afirmar que, nada produz um terreno mais fértil à crítica à ética jornalística que as escolhas de enquadramentos, as tentativas de imprimir uma verdade particular, o olhar unilateral, ideológico, maquiado por falsa imparcialidade e neutralidade. Ferrés (1996) é muito crítico neste ponto e destaca que nas democracias modernas a liberdade de expressão está condicionada à possibilidade de expressão. Diz:

A censura política costuma ser substituída pela censura econômica e pela autocensura exercida no interior de cada meio em função dos seus próprios interesses. Inclusive nas democracias formais existem

filtros de censura derivados da concentração da propriedade dos meios, dos sistemas de seleção dos profissionais, das exigências da publicidade que ajuda a sustentar esses meios, a da dependência das informações geradas pelo próprio governo ou pelas instituições. Em todos os casos, são filtros tão assumidos que até mesmo os profissionais acreditam honestamente na objetividade de suas informações (FERRÉS, 1996, p. 67).

Diferentemente de alguns exemplos dados acima, que são episódicos, o processo de construção simbólica imposto pela imprensa, motivados por interesses comerciais e políticos, que imprimem posições ideológicas a determinados temas, coloca (mais do que nunca) na berlinda a credibilidade de algumas empresas.

A questão parece mais evidente agora por causa da internet e das multiplataformas sociais para obtenção de informações. O processo vertical histórico de divulgação de informações jornalísticas, imposto pelos grandes grupos de comunicação, detentores dos meios de produção e divulgação, das fontes e das “verdades absolutas e únicas” de um tempo, perde força quando o público tem acesso a outras geradoras de informação jornalística que dão versões diferentes, que trazem outros pontos de vista, que colocam o consumidor de jornalismo diante de outras verdades. Hoje, ainda com menos força de inserção e alcance, mas com capacidade de gerar conflitos informacionais impensáveis em outros tempos.

Os novos canais e fontes de informação não só ampliaram a oferta da produção do conhecimento produzido pelo jornalismo. Eles permitiram que o leitor e a audiência tenham acesso às versões diferentes de fato, aos olhares diferentes e façam inevitáveis comparações de cobertura e enquadramentos. Caballero, Masip e Micó (2007) destacam um ponto importante sobre os desvios atuais: o monitoramento coletivo de derrapagens e a possibilidade de mais real

de detectar os erros, visto que o jornalismo “tradicional” da atualidade não dispõe mais do acesso exclusivo às fontes e o monopólio da difusão da informação; o que amplia as possibilidades de interpretação do mundo. Interpretação que, se for profissional, será baseada em fatos. Mas com as várias possibilidades de versões distribuídas, por vários meios, o jornalista tem um desafio maior na geração de um conteúdo compreensível, com indícios de aproximação máxima da veracidade, geradora de confiança e credibilidade. Pisa em um terreno, segundo Karam (2014, p.141), movediço; porque pode ser engolido por determinas morais particulares e ainda submeter os fatos à sua particularizada moral, o que se desdobra em uma ética individualizada. A falta de equilíbrio e a unilateralidade ficam mais claros porque novas fontes de informação também se tornaram potenciais fontes de comparação de coberturas, de abordagens e enquadramentos jornalísticos. Ficou mais fácil identificar distorções e desvios éticos. A rede, as versões, os vídeos que circulam mais facilmente podem ser a contra prova, o cruzamento de dados que só se fazia dentro das redações. Ficou mais fácil perder a credibilidade e colocar na linha de tiro o contrato de confiança com o público. Por isso, a luta por mais rigor, precisão, pluralidade e transparência deve ser ainda maior. Bilbeny lembra que esse é um dos paradoxos do periodismo atual:

Aun habiendo más medios de informacion que nunca, y accesibles y más gente, la profesión de informador es hoy uma de las más debatidas. Y el público no se anda con contemplaciones a la hora de penalizar la información que desaprueba por sus formas o sus contenidos (BILBENY, 2014, p. 51).

Mas o jornalismo atual há uma outras duas questões têm modificado a forma de encarar o trabalho dos profissionais: primeiro, a substituição da

compreensibilidade, do sentido real, pelo impacto. Jornalistas buscam a uma notícia com impacto visível; com clichês, frases de efeito, títulos e manchetes voluntariamente criadas para atrair, que ajudam o público a se conectar facilmente, que enganam no todo ou em parte. A ética, nessa batalha, perde espaço para a busca pelo impacto imediato porque ele mede o sucesso da notícia. A aproximação da verdade, da versão mais fiel perde espaço para um pequeno desvio ético em nome da visibilidade, que gera uma pseudoaudiência, para notícias que se não são totalmente falsas, carregam o DNA da simulação, da criação em nome dos acessos e compartilhamentos. Um outro ponto, mais grave: geram a base da pós-verdade. Vale ressaltar que no fundo são mentiras. Está sendo utilizada um eufemismo, como danos colaterais, que são vítimas inocentes, para diminuir a realidade do fenômeno. Pós-verdade é uma mentira que foca na força dos efeitos emotivos da mensagem em detrimento do conteúdo e do fato. Segundo, a pós-verdade é utilizada geralmente a partir dos centros de poder. Por conseguinte, estamos em um momento em que o jornalismo deve ser suficientemente crítico para denunciar essas mentiras que vem do poder. É importante ressaltar que desde sempre o poder quer manipular. O que ocorre agora é que faz de forma oculta. Agora, se vangloria de fazer na frente de todos. Isso é muito mais grave. Porque mentem na frente de todo mundo e não acontece nada. Então, não bastasse as distorções motivadas por linhas editoriais, ideologia, interesses políticos e econômicos que forcem a construção de uma realidade distorcida, estamos diante de um eufemismo que deve ser desmontado a cada dia por jornalistas. Não estimulados ou reproduzidos. Não é uma questão de heroísmo é de profissionalismo. São detentores da legitimidade para produzir e também terão legitimidade de desconstruir se o fazem mirando a verdade, a contextualização,

a transparência e o rigor do método jornalístico. É uma maneira de diminuir o impacto da crise de confiança que ronda a atividade constantemente.

Questões no Brasil

No Brasil, as coberturas das reformas previdenciária e trabalhista e dos últimos fatos políticos, investigações dos casos de corrupção, tornaram-se fonte inesgotável de críticas à ética jornalística, principalmente quando o conteúdo é produzido pelos grandes grupos de comunicação privados, que têm audiência, alcance e grande poder de influência. Detentores das emissoras de televisão, cadeias de rádio e jornais mais importantes e mais influentes do país, portais vinculados replicam o conteúdo e a linha editorial. Mas a internet também, por meio de blogs independentes e redes sociais, abriga os espaços para as críticas, reclamações, refutações e para o debate sobre o que alguns chamam de crise ética do jornalismo. O destaque nem sempre é a falta de rigor, ou precisão na informação, mesmo que em alguns casos, sejam elas a causa das distorções. Mas a onda críticas está ligada diretamente aos direcionamentos, enquadramentos e abordagens que beneficiam empresários, políticos e segmentos sociais poderosos, como o industrial e agronegócio.

Como exemplo, podemos citar a cobertura da Reforma Trabalhista que, entre fevereiro e julho de 2017, gerou um debate intenso nos veículos de comunicação tradicionais e independentes; e ainda a reforma Previdenciária, que também começou a ser debatida em fevereiro deste ano e como não foi votada em definitivo pelo Parlamento brasileiro até esta data (setembro de 2017), continua na pauta da mídia e da política. Nessas duas coberturas grandes grupos jornalísticos de mídia escrita e eletrônica do país são acusadas de forçar

um consenso da opinião pública (LIPPMANN, 2006), a partir de um defesa explícita pela aprovação das reformas que, segundo o discurso, eram são para melhoria da economia do país.

No caso da Reforma Trabalhista, a crítica principal era de que cobertura dava destaque ao suposto benefício que ela iria trazer caso aprovada: o aumento dos empregos. E ainda que as mudanças tornariam a legislação trabalhista mais maleável, moderna. Em outra frente, pouco ou nada se falava dos prejuízos como a diminuição salarial e precarização do trabalho. Princípios básicos do jornalismo como pluralidade e tentativa de equilíbrio não foram levados em conta, fragilizando o discurso da ética jornalística, que preza por esses elementos em qualquer cobertura.

Outro exemplo pode ser dado à cobertura da Reforma Previdenciária. A grande imprensa brasileira, cristalizava nos discursos de seus colunistas e em suas reportagens um enquadramento comum: o benefício que a reforma iria trazer para as contas do governo, a garantia de aposentadoria para os mais jovens, a estabilidade financeira e a confiança dos investidores. O principal argumento era o de que o rombo nas contas da previdência impediria que os mais jovens se aposentassem a partir dos próximos anos. Ou seja, o dinheiro que estava entrando agora, não seria suficiente para pagar as aposentadorias futuras. Por isso, a necessidade de aumentar o valor e o tempo das contribuições. Jornais, sites, tvs e rádios exibiam quadros ou gráficos com informações sobre como é a previdência brasileira hoje e como ficaria com a aprovação da aposentadoria.

A alegação foi a de que a pluralidade se resumia a dar voz a especialistas que questionavam os números do rombo do governo, motivo principal para justificar uma reforma considerada por alguns tão dura. Outro ponto que

acabou gerando muitas críticas foi a abordagem sobre o tempo de contribuição para atingir o teto da aposentadoria, que passaria para 49 anos. Com limite de idade 65 anos. Ou seja, jovens que começam a trabalhar com 22 anos, quando terminam a universidade, teriam que trabalhar depois dos 70 anos para conseguir o valor máximo de uma aposentadoria.

Abordagens superficiais, enquadramentos suspeitos, falta de pluralidade, de investigação, de transparência, de ampliação de exemplos são algumas das críticas feitas à cobertura dos grupos de comunicação que têm maior influência no pensamento e na “formação” do cidadão comum. No caso da Reforma da Previdência, devido a complexidade, a simplificação e suspeita de omissão de argumentos, que geraram avalanches de questionamentos nas redes sociais, nos blogs e sites independentes.

No caso da cobertura política, os problemas se materializaram no que se chamou de cobertura seletiva. Grandes emissoras de televisão, como Globo, Record, Bandeirantes e SBT; jornais como O Globo, Folha de São Paulo, Estadão e seus sites, com muita influência e audiência, vinculados entre si, ou de maneira isolada, foram acusados de favorecer grupos políticos, sendo omissos em algumas situações e coniventes em outras. Também foram acusados de perseguir partidos e políticos. Em xeque, a abordagem, tempos e espaços desproporcionais de cobertura, condenação pública antecipada, sem sentença judicial, falta de investigação e contra-argumentação diante de declarações de fontes oficiais. Uso excessivo de condicionantes, com falta de apuração, fragilidade e superficialidade na reprodução de falas de fontes com explícitos interesses.

As coberturas acima são exemplos de como parte da sociedade tem visto o trabalho do jornalismo. Em xeque, o real compromisso da atividade em

produzir informação plural, ética, na qual o compromisso seja com a aproximação da verdade, com a maioria. Bem como com rigor na seleção, no enquadramento e nos possíveis efeitos do que é publicizado na vida dos envolvidos e não (só) com interesses políticos e mercadológicos. No caso das emissoras de televisão, um agravante: como são concessões públicas tinham o dever legal de prezar pelas versões, pelo conteúdo plural, que desse base para a formação e não imposição de olhares.

Bilbeny (2014) lembra que na relação com o poder político, a imprensa atua de três modos: a) como competidora do poder político, quando é um instrumento de dominação sobre a política, sobre a sociedade e sobre o resto da imprensa. Pode agir também, b) a serviço do poder político, quando é manipulada pelas fontes políticas e se deixa levar. Atuando de maneira complacente. Neste caso:

No tienen ningún problema en ofrecer mucho más información sobre el gobierno que sobre la oposición y el resto de los partidos, publican sistemáticamente información oficial e oficiosa; entrevistan sin cesar gobernantes y cargos políticos [...] difunden las consignas y mensajes tanto institucionales como de partido; y siguen las directrices oficiales o de su partido favorito en os temas cruciales o delicados (BILBENY, 2014, p. 59).

A imprensa atua ainda como vigilante do poder político. Neste caso, segundo o autor não apoia o poder nem exerce um papel de dominação. Seu papel é manter-se vigilante, sendo crítico e opor-se quando necessário, atuando com liberdade e responsabilidade.

A grande questão é que não é simples separar e encontrar consensos nesses modos de atuação porque o olhar do observador sobre o enunciado, suas referências, sua carga ideológica vai determinar a forma que ele vê a atuação da imprensa. Neste trabalho, nosso objetivo não é nos debruçar em

casos concretos ou específicos, mas refletir sobre esse olhar desconfiado sobre a ética jornalística que leitores, telespectadores e ouvintes têm externado com mais frequência nas várias plataformas gratuitas e democráticas. São apontamentos feitos ao escancarado juízo de valor, as visões ideológicas parciais e as noções de moralidade seletiva. As críticas são justas? É preciso olhar para dentro e rever a forma de produção? Qual o papel do profissional do jornalismo dentro ou fora de uma grande empresa nas garantias de pluralidade de vozes e diversidade de significação, dirimindo ao menos a desconfiança?

O profissional e o interesse público

Sob a força da fé de ofício, do contrato fiduciário, o jornalista tem total a responsabilidade com os efeitos do que é escrito, falado - com os seus impactos sociais. Abrir mão disso é abrir mão da própria profissão. E, entre seu dever na construção da realidade, ter sensibilidade para lutar contra a ambiguidade, contra a distorção premeditada ou feitiço da manchete que vende, da frase que ganha a audiência, da imagem que atrai um público, mas fere a coletividade. A sua necessidade de resistir é o que faz diferente, ampliando sua capacidade de interpretar o mundo, ampliando seu conhecimento para ampliar grau de autonomia, principalmente diante de novos modelos de negócios e das pressões e constrangimentos de velhos modelos.

A luta contra as distorções na sua ética deve começar com a consciência de que o jornalismo, como afirma (KARAM, 2014 p.44-47), "tem uma irrecusável importância contemporânea, com consequências ontológicas e epistemológicas, morais e éticas para humanidade". Consequência do olhar que o profissional tem sobre sua atividade com distinção de que em jogo está o

interesse público e não de um público. Para o autor, se há limites na ética profissional, são os limites que devem ser removidos e não a ética.

Os códigos trazem esses princípios éticos e os fornecem aos profissionais, como delineadores do exercício da prática, para que não mergulhem na subjetividade absoluta. Evitam sem o rigor da lei, mas com força moral, que decisões não sejam aleatórias que o mais forte impunha seu olhar sobre os mais fracos por meio das fragilidades que perpassam artigos e parágrafos. Tão importante quanto esse respeito aos códigos, registra Karam (2014, p.73), seria estender o entendimento que a sociedade tem da atividade jornalística com a qualificação de profissionais e do público para percepção do mundo em que se move a informação e seus aspectos ideológicos, políticos e técnicos.

No cenário de hiperinformação, a relevância do trabalho profissional do jornalismo se renova. Ele tem a dura tarefa de atrair sua audiência com a única isca que tem uma informação confiável. Tem a tarefa de traduzir a realidade e toda sua complexidade, seja quando está diante do imponderável, seja encontrando maneiras de tornar assuntos e acontecimentos de várias áreas do saber inteligíveis. Vai usar para isso sua técnica, capacidade de interpretação, domínio das formas de construção simbólica e, claro, a ordem ética para produção do conhecimento singular.

O novo cenário de convergência de mídias e de *fadiga da informação* (KARAM, 2014, p. 165), a credibilidade mantém-se como locomotiva abastecida pelos mesmo princípios de busca pela verdade, rigor no método, precisão e, pluralidade de fontes, vozes e, agora, com transparência nos métodos e rotinas. O profissionalismo é o que distingue o jornalista de quem não é. Bilbeny lembra que a informação é de todos os cidadãos, assim como a liberdade de expressão.

Mas o uso responsável desta liberdade, com informação transmitida de modo competente é o que distingue o jornalismo de outras formas de fazer e se comunicar (BILBENY, 2012, p. 16). Os alertas são para lembrar que as adversidades que o cotidiano jornalístico possui e todos os dilemas éticos que ele sempre irá possuir não farão o jornalismo menor se encabeçando o duelo pelo poder simbólico estiver um profissional comprometido com o que Bilbeny (2012) chama de princípios que norteiam a atividade: o dever de verdade, a busca pela preservação da autonomia, a defesa do interesse público e compromisso com a justiça.

O trabalho não é fácil e nem simples. Há quem veja como horizonte perfeito e inalcançável. Mas diante de uma atividade tão complexa, com tantos interesses, tantas morais; que exige escolhas e enquadramentos, onde o absoluto e o puro é inatingível, o mais honrado é duelar com a natureza adversa da construção de uma realidade cotidiana em busca desses princípios. É isso que vai diferenciar os bons jornalistas dos maus. É o desejo de transformação da realidade injusta, encoberta, infratora e silenciada que atua o profissional.

Se jornalismo tradicional tem sofrido o baque da revolução trazida pela internet, esta mesma revolução tem ampliado os espaços de construção de realidades. O jornalismo profissional ganha mais espaços, torna-se mais autônomo e empreendedor, mas mantém sua tarefa de fazer com que públicos de diversas áreas entendam o mundo. Bilbeny lembra que esses princípios não são dogmas e que ignorá-los, na vida social, pode ser pior que infringir leis. Segundo o autor, essa é uma das barreiras a se superar no fortalecimento de uma ética do periodismo.

No son leyes, no son mandamientos. Son ideas que nos sirven de pauta de comportamiento a las que damos el máximo valor personal y social. Los principios son, pues, evolutivos, no absolutos. Son pactables y revisables. A veces a los principios se les llaman también bases, fundamentos o normas. Pero la clave de un principio es una idea- una representación en nuestra mente, no una intuición o un artículo de fe. (BILBENY, 2012, p.76).

Apoiamo-nos em Karam (2014, p. 191) quando lembra que além da constituição de uma teoria do jornalismo e de uma ética específica, é preciso lutar pela democracia informativa, criar mecanismos para que o profissional se empenhe na elaboração e consecução de pautas, no rigor da e na apuração; e ainda se preocupe com a qualidade da forma, essencial para atrair, com a linguagem, com a edição com os desdobramentos de acontecimentos tornados fatos jornalísticos.

Reflexões finais, mas não finalizadas

A tarefa de tornar o mundo menos complexo, organizá-lo não é simples e nem fácil. Tem técnica, tem ideologia, tem moral, tem interesses e pressões, tem o próprio olhar sobre o mundo; fé e descrença. Mas ao escolher produzir este conhecimento é estar ciente das dores das escolhas, das batalhas inevitáveis e das pragas que estarão sempre ao redor de quem carrega os princípios éticos como anticorpos.

São os princípios os geradores de credibilidade. Um credibilidade que é elemento fundamental no jornalismo sério- não sensacionalista- que, na era da pós-verdade, está dando passos e se aproximando da emotividade. Movimento que debilita o contrato fiduciário e produz alterações significativas levando ao aparecimento de um contrato de adesão. Com o contrato fiduciário, o relato jornalístico tinha que ganhar e justificar sua credibilidade. Com o contrato de

adesão, fatores emocionais deixam de ser coadjuvantes para assumir o protagonismo na construção do mundo possível, realizado pela autoridade enunciativa: o meio de comunicação.

O grande problema da emotividade é superar os fatos na interpretação da construção da realidade é que nós, integrantes da sociedade, corremos o risco de perder o sentido autocrítico. Normalmente, para ser autocrítico, as pessoas devem começar a desconfiar de suas próprias percepções. Quando começamos a perceber que esse sentido autocrítico vai diminuindo por causa da emotividade, pode ter a tentação de ser injusto, perde a distância, posicionam-se, aderindo a um discurso, a uma única forma de ver a realidade. A grande questão é que a realidade é poliédrica. Aí se pode produzir a incompreensão do outro. É uma espécie de cegueira, porque, por causa da proximidade emotiva, não entende o olhar do outro e o outro não entende seu olhar. O perigo, então, está mais próximo com a explosão informativa, aderida pela emotividade e não pelos fatos. Por isso exige profissionalismo dos enunciativos e uma educação para comunicação focada nessa audiência bombardeada por hiperinformação. Exige cada vez mais compromisso com a sociedade.

Referências

AZNAR GÓMEZ, Hugo. Los códigos éticos no siven. **Em Sala de Prensa:** web para profesionales de la comunicación iberoamericanos, Universidad C. Herrera –CEU, Valência (ES), nº 75, ano 6, volume 3, 2005.

_____. Los códigos éticos del periodismo y la responsabilidad de los profesionales. **En Razón y Palabra:** primera revista digital en Iberoamérica



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 3, maio. 2018

DOI: <https://doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n3p726>

especializada en comunicología, Universidad C. Herrera –CEU, Valência (ES), nº 40, ano 9, 2004.

BERGER, Peter.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BILBENY, Nobert. **La defensa del interés público por medio de una información libre, veraz e justa**. Barcelona: Periodismo Activo 2, 2012.

CABALLERO, Carlos. Ruiz; MASIP, Pere.M; MICÓ, Josep Lluís. La ética y el derecho de la información en los tiempos del postperiodismo. **Congreso Internacional de Etica y Derecho de la Información**, Valência (ES), 2007.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. A preocupação com a ética: tradição e futuro. **Jornalismo em perspectiva**, UFSC, Florianópolis, 2007. Disponível: <<https://monitorando.files.wordpress.com/2007/11/preocupacao-etica.pdf> > Acesso em: 01 de jul. 2017.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e Verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

_____. Da deontologia do jornalismo à ética da informação. In: PEIXINHO, Ana. CAMPONEZ, Carlos. VARGUES, Isabel. FIGUEIRA, João. (orgs). **20 anos de Jornalismo Contra a Indiferença**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

FERRÉS. Joán. **Televisão e Educação**. Porto Alegre: Arte Médicas, 1996.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do Jornalismo. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

GUARESCHI, Pedrinho. A (org.) **Os construtores da Informação: os meios de comunicação ideologia e ética**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.



ISSN nº 2447-4266

Vol. 4, n. 3, maio. 2018

DOI: <https://doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2018v4n3p726>

KARAM, Francisco. **A moral profissional e a ética jornalística**. UFSC, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://monitorando.files.wordpress.com/2009/09/moral-profissional-e-etica-jornalistica.pdf> > Acesso em: 01 de jul. 2017.

_____. **Jornalismo ética e liberdade**. São Paulo (SP): Summus Editorial, 2014.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis (RJ): Vozes: 2006.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1992.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, C. (org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1966.

RODRIGO-ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2009.

VIZEU, Alfredo. Jornalismo e Paulo Freire: o conhecimento do desvelamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 3, v. 21, 2014.

_____. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 40, 2009.

VÁSQUEZ. Alfredo Sanchez. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiro, 2008.